

Globalização e Subjetividade: apontamentos sobre os modos de subjetivação na atualidade e suas implicações educacionais

Jarbas Dametto*

Resumo:

Através da abordagem sociológica, centrada nos trabalhos do autor português Boaventura de Sousa Santos e de reflexões psicanalíticas acerca do contexto atual, este artigo busca articular as mudanças tecnológicas, políticas e sociais presentes em nível global, aos fenômenos subjetivos emergentes, cujas manifestações se fazem presentes na clínica do sofrimento psíquico. Nota-se que a configuração da sociedade contemporânea, marcada pelo paradigma da visibilidade e pelo imperativo do consumo, favorece o surgimento de quadros psicopatológicos centrados na estética e na *performance*, no entanto, as condições proporcionadas pela globalização também abrem inúmeras possibilidades de subjetivação para além das fronteiras antes impostas ao homem, cuja existência limitava-se à restrita experiência local, gerando novas demandas e possibilidades à prática educacional.

Palavras-chave: Globalização; Visibilidade; Subjetividade; Educação.

Globalization and subjectivity: notes about modes of subjectivation nowadays and their educational implications

Abstract:

By a sociological approach, focused on the work of the Portuguese author Boaventura de Sousa Santos and reflections psychoanalytic readings about the current context, this article seeks to articulate technological changes, political and social gifts globally, emerging to subjective phenomena whose manifestations are present in the clinic of psychic suffering. Note that the setting of contemporary society, marked by the paradigm of visibility and the imperative of consumption, favors the emergence of psychopathologic frames focused on aesthetics and performance, however, the conditions offered by globalization also opens up many possibilities of subjectivities beyond borders before imposed upon man, whose existence was limited to restricted local experience, generating new demands and opportunities to educational practice.

Key words: Globalization; Visibility; Subjectivity; Education.



* **JARBAS DAMEOTTO** é Psicólogo, Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo. Professor da Faculdade Anglicana de Tapejara-RS

Introdução

A globalização, que se caracteriza pela atenuação das fronteiras nacionais, em que o Estado perde sua primazia enquanto centralizador das atividades humanas organizadas, situação em que o local e o distante estão intimamente relacionados em uma interdependência nem sempre desejada ou equitativa, vêm determinando as condições sociais, políticas, econômicas e culturais dos diversos povos de todo o mundo. Tal processo não ocorre sem resistências contra-hegemônicas ou diversas hegemonias regionais possíveis e com modos relativamente diferentes de ação, o que reforça seu caráter não linear e conflitivo, negado pelo discurso hegemônico, que o supõe como uma condição pronta e consensual. O fato da globalização não se apresentar como uma plena homogeneização, mas sim como um misto de universalização, eliminação de fronteiras e, ao mesmo tempo, florescer de particularismos, identidades regionais e étnicas, a reforça enquanto campo de interação de múltiplos atores (SANTOS, 2005).

O presente ensaio visa abordar esta problemática no âmbito do sujeito, muitas vezes obscurecido por estruturas maiores como as organizações e movimentos sociais, mas que porta em si toda a dimensão ambivalente do deixar-se envolver e do reagir à tendência mundial que a ele se apresenta, sendo sobre os sujeitos que, em última análise, incidem todas as transformações que o mundo vem sofrendo.

A análise desta relação Sujeito X Globalização centrar-se-á neste estudo no debate sobre o aparato tecnológico midiático em interação com as pessoas, na expansão da cultura e ideologia consumista e no apelo à visibilidade enquanto condição de existência.

Propõe-se buscar os pontos de convergência entre essas questões e a forma como os sujeitos têm percebido, agido ou reagido em relação às tendências e fenômenos sociais contemporâneos. Para tal intento, serão utilizados trabalhos de cunho sociológico e psicanalítico, que abordam ou se aproximam da temática aqui pontuada, lançando perspectivas para a leitura desta problemática no campo educacional, espaço onde emergem e devem ser trabalhadas questões da subjetividade contemporânea.

Cultura midiática, consumo e visibilidade

Nas últimas décadas, a análise da cultura contemporânea não pode deixar de levar em consideração o seu vínculo com questões econômicas. As manifestações culturais se orientam à produção de bens comercializáveis e consumíveis, muitas vezes desprovidos de uma identidade nacional ou mesmo com identidades locais “canibalizadas” (retiradas de seu contexto para compor um produto), refletindo somente uma proposta consumista, que as torna descartáveis. A produção e circulação desses bens, que podem ser desde livros, revistas, programas de televisão, músicas, imagens, até cursos em diversos níveis, idéias e pesquisas científicas, buscam garantias em um suporte técnico-jurídico nos moldes neoliberais do direito transnacional à propriedade (SANTOS, 2005).

A circulação internacional de informações, bens culturais e simbólicos é permitida, além de fomentada pela utilização da moderna tecnologia de transporte e comunicação. Esta possibilidade não é algo necessariamente novo, há séculos, culturas e ideais atravessavam fronteiras com a literatura, religião, economia e a

ciência (SANTOS, 2005). O que difere a atual situação desta, vivida há séculos, é a velocidade e onipresença de meios e mensagens, que disponibilizam ao sujeito uma multiplicidade, sem igual na história, de informações, linguagens, possibilidades de interação, bens consumíveis, identidades e modos de existência. Não é exagero afirmar que, para a grande parte da população mundial, é simplesmente impossível sair ileso dessa intensa circulação cultural e simbólica, assim como do apelo ao consumo que a acompanha ou fundamenta. Como afirma Zimmerman (2004, p.18),

A globalização do mundo moderno, mercê das novas tecnologias ligadas à informática e de uma fantástica rede de comunicação instantânea via satélite, vem contribuindo para o extraordinário poder de formação de nossos corações e mentes, advindo de uma, cada vez mais gigantesca e poderosa, rede de veículos de comunicação (...) que exerce uma decisiva influência no psiquismo de todos [...]

Durante grande parte do século XX, os meios de comunicação de massa ofereceram ao seu público, somente produtos padronizados, com os quais não havia possibilidade de réplica. Esta situação foi abordada por Adorno e Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento*¹, publicado na década de quarenta do século passado. Quando comentam o rádio, afirmam que “[...] transforma-os a todos igualmente em ouvintes, para entregá-los

autoritariamente aos programas, iguais uns aos outros, das diversas estações. Não se desenvolveu nenhum dispositivo de réplica e as emissões privadas são submetidas ao controle” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.114-5). Este mesmo sistema permaneceu, e em alguns casos ainda permanece, em diversos meios, como a televisão, jornal, etc., no entanto, é crescente a tendência à interatividade e a multiplicidade de opções. A “preferência da massa” tem perdido espaço para o “desejo individual” (cuja autenticidade também pode ser alvo de críticas, pois frequentemente coincide com ideais consumistas). Os meios de comunicação social atuais vêm abrindo espaço à contribuição oriunda de seu público, dando lugar e tempo a ela. A crítica e participação dos espectadores, possível através de uma união entre meios como rádio, televisão, a Internet ou telefone, parece contribuir para a credibilidade e aproximação entre o público e a produção do programa em uma relativa interação, fundamental em tempos de concorrência acirrada, não só entre emissoras, mas também entre meios diferentes.

Outra afirmação dos autores acima citados necessita de um redirecionamento na realidade atual, afirmam eles:

(...) em nossa época, a tendência social objetiva se encarna nas obscuras intenções subjetivas dos diretores gerais, estas são basicamente as dos setores mais poderosos da indústria: aço, petróleo, eletricidade, química. Comparados a esses, os monopólios culturais são fracos e dependentes. Eles têm que se apressar em dar razão aos verdadeiros donos do poder (...) (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.155)

¹ A obra de Adorno e Horkheimer é aqui trazida ao debate não com o intuito de criticá-la, mas sim por tratar de temas ainda em voga, porém, em um contexto político, social e tecnológico bastante diverso do atual, servindo à comparação entre realidades distintas: uma de acentuado poder estatal (meados do século XX), e outra, onde o Estado já perde a primazia enquanto regulador da sociedade.

Esta submissão da indústria cultural aos monopólios da indústria metal-mecânica, química ou energética, deu espaço, nas últimas décadas, a uma interdependência entre elas, em um período onde a visibilidade é a condição necessária à existência, e em que a imagem assume importância capital. Mesmo setores em que não há concorrência de mercado, assim como órgãos governamentais que aparentemente não necessitam de publicidade, utilizam-se da mídia na busca do reconhecimento social, “mostrar-se” é a condição básica para existir. “Sou visto, logo existo”, este é o cogito da sociedade escópica, ou sociedade do espetáculo, como denominou Guy Debord, onde o *show* é o produto mais refinado do sistema produtivo (QUINET, 2002).

Se a exposição ao grande público é condição de existência, significativa parcela da sociedade teve sua possibilidade de existir confiscada pela dinâmica de mercado adotada pela mídia em geral. No âmbito dos saberes e das práticas sociais, a não-existência é engendrada pelos discursos da globalização hegemônica. Como afirma Santos (2004), o que foge ao modelo preconizado pelo projeto hegemônico é tomado como ignorante em relação aos saberes “oficiais”; inferior, particular e local, em contrapartida ao global; quadros residuais e fazeres improdutivos, ante ao progresso e produtividade crescente e constante. Enfim, uma diversidade de fazeres e conhecimentos, ainda amplamente praticados, são tomados como fenômenos fadados à inexistência, pois estão superados e são inexpressivos, em uma concepção linear e única de tempo e progresso.

Dentro deste amplo leque de experiências supostamente destinadas

ao desaparecimento ou a manutenção como mero registro histórico ou exotismo, estão práticas constitutivas da identidade pessoal, como é o caso das tradições e dos hábitos culturais locais, que não se inserem na lógica mercantilista global. Conforme Zimmerman (2004), o sentimento de identidade de indivíduos, comunidades e nações, vem sendo afetado pela diminuição ou hibridização das diferenças engendrada pela globalização, já que a diferenciação é a base para a formação deste sentimento. No entanto, seria equivocado afirmar que a globalização trouxe somente dificuldades ao sujeito contemporâneo. Suas condições vêm possibilitando novos “direitos às opções”, para além das rígidas fronteiras estabelecidas e vigiadas pela tradição, ideologia, linguagem e pelo nacionalismo, fatores que comumente agiam em conjunto. É possível conhecer a diversidade de valores, religiões, modos de existência, culturas e saberes, o homem não está preso à sua experiência local como ocorria até bem pouco tempo. Em aparente contradição com este fenômeno, emergem localismos, um “direito às raízes”, baseado nas relações sociais face-a-face em seu território de origem, ou translocalizados, como é o caso das comunidades de imigrantes, onde se constituem movimentos que buscam ativamente preservar as condições de existência das identidades locais – da diferença – em um ambiente globalizado embebido em discursos homogeneizantes (SANTOS, 2005).

A visibilidade dos diversos contextos sociais que coabitam o mundo, possibilitada pelos meios tecnológicos e pelas condições políticas da globalização, podem gerar leituras diversas sobre as disparidades existentes entre os povos “desenvolvidos” e as sociedades periféricas. Uma leitura

acrítica pode atestar a “natureza inferior” de certas comunidades, pensando suas condições precárias como inerentes a essas culturas, e os imigrantes vindos desses locais como portadores de males (desordem, violência, caos, etc.) que começam a adentrar as fronteiras dos países centrais, onde esses sujeitos são postos na posição de bodes-expiatórios. Tomada de uma outra perspectiva, a hipervisibilidade das realidades sociais vivenciadas nas regiões mais precárias do mundo pode contribuir para a desnaturalização e visão crítica dessas situações, “podem servir de ponto de partida para mobilizações cívicas e intervenções políticas capazes de lhe fazer frente e de atacar nas suas causas nas condições que a geram” (NUNES, 2005, p.327).

No âmbito social, o paradigma atual norteado pela visibilidade, apresenta-se como um leque de novas possibilidades. Como visto acima, esta primazia do visual sobre os modos de apreender e compreender o mundo, utilizando-se da mediação técnica, não traz em si um caráter unívoco de valor, dominante ou libertador, podendo servir às duas causas, dependendo das intenções que regem suas abordagens. No entanto, cabe não fazer uma leitura ingênua ou demasiadamente otimista das possibilidades atuais, já que a técnica, embora mais democratizada que há pouco tempo atrás, ainda serve, em grande parte, à produção maciça de visões de mundo saturadas dos ideais de setores historicamente favorecidos da sociedade, que ainda controlam a maioria dos meios de produção cultural, hoje, produção de imagens e modos de existência.

Sujeito visível, sujeito do (para o) consumo

Esta nova ordem social incide sobre o sujeito criando uma nova versão do individualismo. Desta vez, a exaltação do eu se dá pelo valor da exterioridade, pelos seus atributos estéticos, e não pela reflexão sobre si mesmo e pela interioridade como nos primórdios da Era Moderna. “Nesta medida, o sujeito é regulado pela performatividade mediante a qual compõe os gestos voltados para a sedução do outro. Este é apenas um objeto predatório para o gozo daquele e para o enaltecimento do eu” (BIRMAN, 2000, p.188). Nesta forma de sociabilidade, os indivíduos entram na mesma lógica da mercadoria, e são, ao mesmo tempo, ávidos consumidores e produtos descartáveis.

A imagem, promovida principalmente pela mídia, constitui uma nova percepção da realidade, um simulacro que perpassa todos os níveis do social. “Tanto pelas vias da televisão quanto da informática e do jornalismo escrito, a cena pública se desenha sempre pelas imagens” (BIRMAN, 2000, p.188). Perdem-se os parâmetros que diferenciam o real da representação, e as coisas têm seu valor não pelo que são, mas pelas imagens que são capazes de produzir.

A Internet, rede que liga computadores do mundo todo, ao contrário dos meios de comunicação de massa nos quais apenas uma minoria “famosa” se apresenta, dá a possibilidade de expressão pessoal a qualquer um que domine sua linguagem. É uma via para a superação do anonimato, ou seja, um meio para a “existência” via visibilidade, como afirma Quinet (2002). A criação intensiva de *blogs* e *sites de relacionamento*, onde o conteúdo principal são fotos ou escritos de pessoas anônimas, demonstra essa

busca pelo olhar do outro. Através destes meios é possível “estar presente”, criando pequenas comunidades onde o grupo, mesmo que virtual, sustenta esta possibilidade de auto-afirmação. Dentro deste contexto, é comum encontrarmos mensagens como “mandem comentários”, “deixe recado”, etc. o que confirma o desejo de um retorno, logo, não basta estar exposto, é preciso saber que alguém o olha, um observador que hoje pode estar em qualquer parte do mundo.

A fama, assim como o anonimato e a privacidade, entrou no jogo das coisas fabricadas em massa, consumíveis e descartáveis. Qualquer banalidade pode tornar alguém mundialmente famoso através da Internet, mas esta fama é extremamente volátil e difícil de ser sustentada. Da mesma forma, os *reality shows* promovidos pela televisão “transformam espectadores em celebridades” e assim “a identificação do telespectador é facilitada, pois ele pode ser o próximo jogador – ter seu momento de fama e celebridade por ter adquirido a visibilidade” (QUINET, 2002, p.283). Mas logo tenham “saído da casa”, esses indivíduos retomam sua posição, caindo no esquecimento. De forma inversa, mas seguindo a mesma lógica, a privacidade de pessoas públicas é vasculhada, exposta e vendida indiscriminadamente. A existência cotidiana e íntima dessas pessoas sucumbe ao “valor de troca” de sua imagem pública, sendo oferecida como uma iguaria rara em diversos meios de comunicação.

A clínica e as novas versões do mal-estar

No campo da clínica psicológica, para onde se direcionam as queixas individuais ante ao mal-estar na cultura, a exaltação da imagem e da *performance*, assim como a falta de

amparo subjetivo, se tornam evidentes, constituindo novas demandas características da realidade atual.

Certas formas de sofrimento psíquico podem ser consideradas *psicopatologias da atualidade*, no sentido de expressões dos modos de subjetivação promovidos pela sociedade contemporânea. Há um estilo de sociedade em pauta que gera condições e possibilidades para produção de determinadas psicopatologias como típicas de sua época (MENEZES, 2005, p.195).

Problemas ligados a tendências sociais contemporâneas vêm ganhando força, como é o caso das depressões, bulimias e anorexias, toxicomanias e da síndrome do pânico, criando novas questões à clínica do sofrimento psíquico, assim como novas “soluções” da psicofarmacologia, que centram o sujeito no aqui e agora, atenuando, ou por vezes ignorando, a história individual, em busca da adequação do paciente aos preceitos éticos de uma sociedade que nega o sofrimento e estetiza a existência (BIRMAN, 2000).

A própria psicanálise é posta em xeque ante aos impasses promovidos pela sociedade atual e seus valores, na medida em que não se enquadra na lógica do melhor resultado no menor tempo e não se propõe a “cura” do desconforto ligado à vida civilizada. Durante décadas, a psicanálise buscou sustentar esta posição ilusória, ignorando as afirmações contidas nas últimas obras de Freud, que atestam a inevitabilidade do desamparo e a necessidade de sua gestão permanente, fazendo voltar sobre este saber grande fascínio e apreço. Hoje, a crença na possibilidade da felicidade plena e no fim do sofrimento humano é atualizada em novas teorias psicológicas – cognitivistas e neuropsiquiátricas, com suas promessas de fim do desamparo e

da dor psíquica. Percebe-se que, aos olhos do grande público, a Ciência preserva seu *status* de redentora, nos moldes do projeto iluminista que, há algum tempo, mostra-se falido (BIRMAN, 2005).

O mal-estar social, que na época vitoriana foi fruto do excesso de ordem e da liberdade escassa, não terminou com a atenuação deste modelo moral, foi antes re-configurado em uma marcante inversão. “O mal-estar contemporâneo é efeito da *desregulamentação* e do *excesso de liberdade individual* (privatização), é fruto do excesso pulsional e da fragilidade de simbolização” (MENEZES, 2005, p. 200). Na medida em que a historicidade do sujeito dá espaço à identidade imaginária, são ofuscadas as alteridades e é diminuída a importância do campo simbólico, estabelecido em relações verticais cujo protótipo é a paternidade, onde um terceiro impõe-se como autoridade, rompendo a díade simbiótica mãe-filho, criando o espaço da lei: a interdição.

Já o mal-estar atual reflete subjetividades que constituem seus laços de forma horizontal, mas mantendo a lógica da verticalidade: o assujeitamento voluntário, muitas vezes inconsciente, que protegia contra o desamparo em épocas anteriores. O apelo à proteção paterna, do pai onipotente, violento, mas protetor, tal qual concebido nas fantasias inconscientes do complexo de Édipo e corporificado nas instituições do Estado, é substituído pela sujeição ao outro, em uma condição de humilhação e servidão na relação com seus iguais. Manter a diferença é arriscar-se, é ter que enfrentar o desamparo, e nessas condições, prefere-se a forçada homogeneidade (FORTES, *apud* MENEZES, 2005).

O Estado-nação, que hoje se dilui frente às novas configurações políticas, de certa forma encarnava a figura deste pai mítico para o qual se direcionava o apelo do sujeito frente ao desamparo. Ele proporcionava relativa estabilidade de referências simbólicas, limites, estruturas, e ao mesmo tempo cobrava fidelidade, imputava obrigações, criava leis, punia, enfim, o Estado, nos moldes tradicionais, cumpria um importante papel na economia psíquica do homem moderno. Atualmente, com a minimização de suas funções, hoje centradas basicamente em aspectos técnicos e burocráticos (à semelhança do *Estado mínimo* preconizado pelo modelo neoliberal), grande parte da dimensão afetiva que ele comportava teve que encontrar novas representações. O esporte, cuja importância e admiração crescem a cada dia, assim como certos fenômenos religiosos e artísticos, parecem ser anteparos para a manifestação dos afetos que, até meados do século XX, condensavam-se sobre o nacionalismo, e que são expressos em jogos de inclusão-exclusão, violência simbólica ou atuada, eleição de ídolos e bodes-expiatórios, dentre outros, dando origem a fanatismos e atos violentos desmedidos, aparentemente desproporcionais frente à causa que os originam. Esses são resíduos do remanejo das pulsões agressivas direcionadas ao diferente, mas que, de qualquer forma, mostram-se menos danosos que atos antes praticados em nome de “raças” ou bandeiras nacionais.

Perspectivas educacionais em tempos de “subjetivação globalizada”

Cabe afirmar que a ação do entorno social sobre a subjetividade não se dá dentro de uma perspectiva *constitutiva* do sujeito psíquico, ao menos na leitura psicanalítica, já que este processo se faz

mediante as primeiras relações do ser humano com seus cuidadores, em tenra infância. A influência do meio circundante, no caso, de um contexto globalizado com todas as possibilidades e conflitos que tal condição propicia e a vasta veiculação de imagens, idéias e imperativos morais, vai contribuir para a consolidação de características secundárias da personalidade (não por isso menos importantes), em especial no campo da *intersubjetividade*: na forma como o indivíduo irá se confrontar com a diferença subjetiva do outro, como trabalhará com a exposição de si, e como este contato com o outro irá incidir nas estruturas psíquicas já constituídas. Neste contexto, toma-se como função da educação expor, estudar e problematizar essas construções humanas que rodeiam a vida do educando e modulam sua existência.

Não cabe à educação formal reverter a ação do enquadre social sobre o sujeito, esta tarefa vai além de seu alcance, mas pode sim incidir sobre este processo *desnaturalizando-o*. Seria de primeira importância que o processo educativo empreendido principalmente nas escolas viabilizasse a *percepção consciente* dos fenômenos acima comentados, e criasse espaços para o desenvolvimento de um olhar crítico sobre esses, para que o aluno pudesse ter em mente as razões pelas quais age, consome, interage e posiciona-se, política, ética e esteticamente, nas questões do seu cotidiano, bem como nas questões globais, dimensões que frequentemente se confundem na atualidade.

A educação precisa auxiliar o educando na tarefa de traduzir os signos da cultura, sem digladiar com as mudanças, mas sim as incorporando em suas análises a fim de não tornar-se uma prática anacrônica e burocrática. As

novas linguagens e tecnologias, com suas vantagens e seus excessos, bem como os diversos códigos de valores, muitos deles alheios aos valores locais com os quais se está em contato, devem adentrar ao diálogo escolar, para que deste modo deixem a posição de exterioridade, marginalidade ou estranheza, e possam ser percebidos em sua dimensão de *possibilidade*, em um encontro fecundo com o já conhecido. A segurança proporcionada por uma verdade incontestável, seja ela religiosa, moral, política ou científica, definitivamente é uma característica do passado, há de se lançar na gama de potencialidades do incerto e do diferente, mas preservando a solidez do já constituído, como um ponto do qual é possível partir e, se necessário, retornar.

Considerações finais

Dentro da diversidade de mudanças que nos últimos anos vêm re-configurando o cenário político e cotidiano do homem hodierno, torna-se difícil definir o que não se enquadra dentro dos limites do conceito “globalização”. Certamente boa parte do debate aqui esboçado extrapola tais limites, assim como outros tantos temas poderiam adentrar na discussão. Neste escrito procurou-se articular alguns dos fatores que possivelmente criam as condições para o surgimento de novas formas de se fazer sujeito, assim como os modos pelos quais esse sujeito atua no mundo, transformando-o ou reafirmando os paradigmas vigentes.

O contexto contemporâneo impôs aos sujeitos e instituições diversos desafios forçando a adaptação em um curto espaço de tempo, tempo este que já não é um fator necessariamente presente quando se fala em relações a longas distâncias. Espaço e tempo, que foram dimensões reguladoras da existência humana, parecem perder a capacidade

de limitar a experiência, no entanto, se o tempo já não é empecilho para várias ações, ainda o é para a própria vida, comportada em um recorte de tempo cuja brevidade salta aos olhos ante a enormidade de possibilidades que agora se pode conhecer, principalmente por meio da visão ampliada tecnicamente. Este “encolhimento do mundo”, sentido nas últimas décadas, lança o homem no fascínio e no pavor da diversidade, nas maravilhas de vislumbrar o mundo inteiro e no desencanto de saber que este é finito, limitado, que nenhuma navegação encontrará um novo mundo para o qual seja possível direcionar esperanças de uma vida sem sofrimentos.

Entre nostalgias e empolgações, é arriscado tecer um juízo de valor quanto às mudanças que o mundo vem sofrendo e quanto às possíveis respostas e construções subjetivas oriundas dessas transformações. Mais seguro seria conceber a atual condição como *diferente* das anteriores, *a priori*, nem melhor, nem pior, com possibilidades e limitações como em todas as épocas, com as quais as pessoas precisarão se adaptar, construir ou transformar o mundo em que vivem, e com suas formas específicas de felicidade e mal-estar, que irão se somar às antigas formas, constituídas ao longo de toda civilização.

Referências

ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade**: Psicanálise e as novas formas de subjetivação. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. O mal-estar na modernidade e a psicanálise: a psicanálise à prova do social. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 15, 2005. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/physis/v15s0/v15s0a10.pdf>>. Acesso em: 02 fev 2011. MENEZES, Lucianne Sant'Anna de. Pânico e desamparo na atualidade. **Ágora (Rio J.)**. Rio de Janeiro, v.8, n.2, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v8n2/a03v8n2.pdf>>. Acesso em: 10 abr 2011.

NUNES, J.A. Teoria crítica, cultura e ciência: O(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização. In: SANTOS, B.S (org). **A globalização e as Ciências Sociais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 301-344.

QUINET, A. **Um olhar a mais**: ver e ser visto na Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SANTOS, B.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B.S. (org). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as Ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-820.

_____. Os processos de globalização. In: SANTOS, B.S. (org) **A globalização e as Ciências Sociais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 25-102.

ZIMERMAN, D.E. **Manual de técnica psicanalítica**: uma re-visão. Porto Alegre: Artmed, 2004.